

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Helius Capital Gestão de Recursos S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Helius Capital Gestão de Recursos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Helius Capital Gestão de Recursos S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.b, essas demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas em razão do aprimoramento de certas práticas contábeis e para correção de erros de apresentação mencionadas na referida nota e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 - Accounting Policies, Changes in accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras (IAS 1 - Presentation of financial statements). Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Ênfase”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório:

Reconhecimento das receitas e contas a receber

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 5 e 17, a Companhia possui o montante a receber de R\$ 314 mil, referentes a receita de prestação de serviço de gestão de carteiras de fundo de investimento, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.138. Os valores são apurados tomando por base os sistemas de controles e apuração do patrimônio líquido dos fundos, considerando seu percentual de remuneração sobre o patrimônio líquido diário de cada fundo de investimento. Em função da complexidade dos cálculos da receita de gestão e relevância desses valores nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos chaves existentes para apuração das receitas de gestão de carteiras de fundo de investimento, incluindo entre outros:

- Leitura dos regulamentos dos fundos e contratos de gestão firmados com os fundos de investimento;
- Cálculo por amostragem da apuração do valor da taxa de gestão e seu registro contábil;
- Análise do correto registro da receita e contas a receber de acordo com o regime de competência e
- Verificação da liquidação subsequente do contas a receber e análise da necessidade de provisão para devedores duvidosos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber das taxas de gestão adotadas pela Companhia.

Títulos de dívida - Debêntures

A Companhia efetuou a emissão de títulos de dívida (debêntures) conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, de forma que a precificação e capacidade de liquidação desses títulos requerem o cumprimento de certas obrigações que incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos e estimativas significativas. Devido a relevância, julgamento envolvido na mensuração e obrigações atribuídas a Companhia relativas as debentures emitidas consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura da escritura de emissão das debêntures;
- Análise das cláusulas de vencimento antecipado e cumprimento das demais obrigações da Companhia relativas a emissão dos títulos de dívida e
- Exame da planilha de controle disponibilizada pela Companhia, que confirma o saldo contábil.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento dos montantes das obrigações reconhecidas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de abril de 2023.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)		Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.766	2.397	Fornecedores	9	9	24
Contas a receber	5	314	484	Obrigações sociais e trabalhistas	10	115	98
Adiantamentos		-	7	Obrigações tributárias	11	129	194
Outros créditos		1	6	Outras obrigações		-	13
Total do circulante		2.081	2.894	Passivo de arrendamento	8	177	127
				Total do passivo circulante		430	456
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Passivo de arrendamento LP	8	443	38
Imobilizado	6	252	433	Debentures PNC	12	500	514
Intangível	7	2	7	Total do passivo não circulante		943	552
Direito de uso	8	616	165	Patrimônio líquido	13		
Total do não circulante		869	605	Capital social		1.000	1.000
				Reserva Legal		157	91
				Reserva de Lucros		420	1.400
				Total do patrimônio líquido		1.577	2.491
Total do ativo		2.950	3.499	Total do passivo e patrimônio líquido		2.950	3.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	14	4.138	7.287
Despesas operacionais	15	(2.506)	(1.749)
Despesas gerais e administrativas		(2.306)	(1.569)
Depreciação e amortização		(200)	(180)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.632	5.538
Resultado financeiro líquido	16	205	76
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.838	5.614
Imposto de renda e contribuição social	17	(524)	(851)
Lucro líquido do exercício		1.313	4.763
Lucro líquido do exercício por ações - 1000 (mil) ações		1,31	4,76

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.313	4.763
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.313	4.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas de lucros a distribuir		Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		1.000	16	317	-	1.333
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.763	4.763
Constituição da reserva legal	14	-	75	-	(75)	-
Distribuição de dividendos	14	-	-	-	(3.605)	(3.605)
Transferência para reservas de lucros		-	-	1.083	(1.083)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)		1.000	91	1.400	-	2.491
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.313	1.313
Constituição da reserva legal	14	-	66	-	(66)	-
Distribuição de dividendos	14	-	-	-	(2.228)	(2.228)
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	(980)	980	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.000	157	420	-	1.577

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.838	5.614
Ajustes ao lucro líquido do exercício:		
Depreciação e amortização	200	180
Amortização do Direito de uso	191	166
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(524)	(851)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.704	5.109
Variações nos ativos		
Contas a receber	170	705
Adiantamentos	7	(7)
Outros créditos	6	(2)
	182	696
Aumento/(redução) das contas do passivo		
Fornecedores	(15)	9
Obrigações sociais e trabalhistas	17	82
Obrigações tributárias	(64)	(1)
Outras obrigações	21	(1.057)
	(41)	(967)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.845	4.838
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado e intangível	(12)	(82)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(12)	(82)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento do arrendamento mercantil	(202)	(166)
Juros sobre arrendamento	(20)	(29)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(250)
Pagamento de dividendos	(2.228)	(3.605)
Debentures	(14)	1.600
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(2.464)	(2.450)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(630)	2.306
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.397	91
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.766	2.397
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(631)	2.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Helius Capital Gestão de Recursos S.A. (“Companhia” ou Helius Capital”) foi constituída em março de 2020, com início das atividades em 04 de março de 2020 com sede na Rua Iaia, Nº 77 Complemento CJ 91 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, tendo por objeto social atuar como administradora de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestora de recursos de terceiros, por meio de fundos por contrato ou comissão, nos termos da Instrução Nº 558 expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 13 de abril de 2023.

b. Reapresentação das demonstrações contábeis

Visando aprimorar a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia a Administração decidiu reapresentar as demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2021, em virtude do reconhecimento do arrendamento para fins de atendimento ao CPC 06 e a reclassificação das debêntures.

As demonstrações contábeis do exercício em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentadas conforme descrito abaixo para melhor apresentação dos saldos comparativos:

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Balanco patrimonial

	N.E	31/12/2021	Ajuste	(Reapresentado) 31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.397	-	2.397
Contas a receber	5	484	-	484
Adiantamentos		7	-	7
Outros créditos		6	-	6
Despesas Antecipadas (a)		181	(181)	-
		<u>3.074</u>	<u>(181)</u>	<u>2.894</u>
Realizável a longo prazo				
Despesas Antecipadas (a)		905	(905)	-
Imobilizado	6	433	-	433
Intangível	7	7	-	7
Direito de uso (b)	8	-	165	165
		<u>1.345</u>	<u>(740)</u>	<u>605</u>
		<u>4.419</u>	<u>(921)</u>	<u>3.499</u>
Passivo				
	N.E	31/12/2021	Ajuste	(Reapresentado) 31/12/2021
Circulante				
Fornecedores	9	24	-	24
Obrigações sociais e trabalhistas	10	98	-	98
Obrigações tributárias	11	194	-	194
Outras obrigações		13	-	13
Debêntures (a)		80	(80)	-
Passivo de arrendamento (b)	8	-	127	127
Total do passivo circulante		<u>408</u>	<u>47</u>	<u>456</u>
Não circulante				
Passivo de arrendamento (b)	8	-	38	38
Debentures (a)	12	1.520	(1.006)	514
Total do passivo não circulante		<u>1.520,00</u>	<u>(968)</u>	<u>552</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	13	1.000	-	1.000
Reserva Legal	14	91	-	91
Reserva de Lucros	14	1.400	-	1.400
Total do patrimônio líquido		<u>2.491</u>	<u>-</u>	<u>2.491</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.419</u>	<u>(921)</u>	<u>3.499</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

	2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	5.614	-	5.614
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	180	-	180
Amortização do direito de uso	-	166	166
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(851)	-	(851)
Lucro líquido ajustado	4.943	166	5.109
Aumento (redução) das contas do ativo			
Redução das contas de ativo			
Contas a receber	705	-	705
Adiantamentos	(7)	-	(7)
Outros créditos	(3)	-	(2)
	695	-	696
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores	9	-	9
Obrigações sociais e trabalhistas	82	-	82
Obrigações tributárias	(1)	-	(1)
Outras obrigações	(1.085)	29	(1.057)
	(995)	29	(967)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.643	195	4.838
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	(82)	-	(82)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(82)	-	(82)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento do arrendamento mercantil			
Juros sobre arrendamento	-	(166)	(166)
	-	(29)	(29)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(250)	-	(250)
Pagamento de dividendos	(3.605)	-	(3.605)
Debêntures	1.600	-	1.600
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(2.255)	(195)	(2.450)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.306	-	2.306
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	91	-	91
No fim do exercício	2.397	-	2.397
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.306	-	2.306

- (a) Trata-se da reclassificação contábil dos custos e despesas incorridos com a emissão das debêntures, que antes foram contabilizadas no ativo como “despesas antecipadas”, para conta redutora do passivo. O saldo apresentado no balanço patrimonial refere-se ao saldo líquido a pagar;
- (b) Movimentações provenientes à adoção do IFRS 16 no exercício findo em 31 de dezembro de 202

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

a. Julgamentos

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não existem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Companhia.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

d. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras (Nota 4) e (ii) mensurados ao custo amortizado que compreendem as "contas a receber" de clientes. A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados substancialmente por aplicações da Companhia em Certificado de depósito bancário ("CDB"), com liquidez imediata. Os juros, ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos na demonstração de resultado na rubrica "Resultado financeiro".

Mensuração do valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a Companhia classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- Informações (inputs) de Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão classificados no Nível 2.

e. Contas a receber

O saldo de contas a receber é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos. Atualmente a gestão da Companhia entende que não seja necessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existem títulos em atraso e não há histórico de atraso desses recebíveis dos controladores da Companhia.

f. Despesas antecipadas

Saldo refere-se a gastos antecipados na preparação e emissão de debêntures e estão registrados conforme seus documentos fiscais e legais, as apropriações serão amparadas por seus respectivos contratos e laudos técnicos que denotam a vigência de cada despesa.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada em suas demonstrações desde o início de sua exigibilidade.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início. O contrato possui vencimento em 28 de fevereiro de 2026 e para esse reconhecimento é necessário o registro desse ativo à valor presente aplicando taxa para financiamentos semelhantes, competitiva ao mercado. Baseado nessa premissa, a administração determina como ideal a taxa 13,8% ao ano considerando o cenário ideal para um possível financiamento imobiliário.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

No exercício e períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações contábeis da Companhia.

k. Benefícios a funcionários

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

l. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões para riscos: são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;

- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados e divulgados se classificados como perda provável, não provisionados e divulgados se classificados como perda possível, não divulgados e não provisionados se classificados como retomo

m. Imposto de renda e contribuição social e outros impostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou como regime tributário o Lucro Presumido. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 trimestral para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas de PIS e COFINS, estão sob regime não cumulativo de apuração. As alíquotas utilizadas são de 0,65% e 3%.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

n. Receita operacional

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Heliuss, referentes a taxas de gestão e taxas de performance. As taxas de gestão são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade, baseado nos respectivos regulamentos e são reconhecidas por sua competência.

o. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

p. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. Já as despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, além dos juros passivos incorridos sobre contratos comerciais e impostos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia tinha o saldo de caixa e equivalentes de caixa assim composto:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos	-	-
Aplicação financeira	25	24
Aplicação financeira - CDB	1.741	2.372
Total	<u>1.766</u>	<u>2.397</u>

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs ou fundos de investimento em renda fixa de alta liquidez, remuneradas a taxas que variam entre 5,5% e 5,7% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Estes instrumentos Financeiro estão classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber

O saldo de recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão relacionadas as taxas de gestão e performance devidas pelos Fundos, são calculadas mensalmente a taxa de gestão e semestralmente a taxa de performance e pagas no início do período subsequente, conforme o respectivo regulamento.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber	314	484
Total	<u>314</u>	<u>484</u>

O saldo total de contas a receber foi liquidado no dia 06 de janeiro de 2023.

6. Imobilizado

6.1 Composição do imobilizado:

	<u>Custo</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>
		Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Computadores e Periféricos	220	(106)	114	142
Móveis e utensílios	87	(46)	41	59
Máquinas e equipamentos de escritório	20	(5)	15	17
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	285	(257)	28	152
Equipamentos de Comunicação	6	(2)	3	5
Instalações	69	(18)	50	58
Total	<u>686</u>	<u>(434)</u>	<u>252</u>	<u>433</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

6.2 Movimentação do imobilizado:

	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
Computadores e Periféricos	20%	144	12	(43)	114
Móveis e utensílios	20%	59	-	(17)	41
Máquinas e equipamentos de escritório	10%	17	-	(2)	15
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	43,33%	152	-	(124)	28
Equipamentos de Comunicação	20%	4	-	(1)	3
Instalações	10%	57	-	(7)	50
Total		433	12	(194)	252

(*) As referidas amortizações foram feitas obedecendo-se ao prazo de vigência estipulado do contrato de aluguel. (CST nº 210/73)

7. Intangível

7.1. Composição do intangível:

	Custo	31/12/2022		31/12/2021
		Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Imobilizado Líquido
Software	17	(15)	2	8
Total	17	(15)	2	8

7.2. Movimentação do intangível

	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2021	Adições	Amortização	31/12/2022
Software	33,33%	7	-	(5)	2
Total		7	-	(5)	

8. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia possui contrato de aluguel (arrendamento operacional) para imóvel, com prazo médio entre 03 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como ativo: direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do ativo e passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

A Companhia definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações).

A taxa média ponderada de empréstimo incremental da Companhia aplicada em 1º de janeiro de 2022 foi de aproximadamente 13.80% a.a. utilizado como base as taxas de empréstimos imobiliários praticadas no mercado.

a) Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	2021	Adições	2022
Imóveis	445	642	1.088
Custo direito de uso	445	642	1.088
Depreciação direito de uso	(280)	(191)	(471)
Direito de uso	165	451	616

a) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento mercantil são demonstrados a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Valor
Arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2021	165
Adições	678
Amortização do principal (pagamentos)	(222)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	621
Circulante	177
Não Circulante	443

(i) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de imóveis contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções, se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

9. Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a prestadores de serviços de informática e a compra de computadores, a serem pagos a curto prazo.

	2022	2021
Fornecedores	9	25
Total	<u>9</u>	<u>25</u>

10. Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de Obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a proventos e tributos liquidados no mês subsequente, além das provisões trabalhistas.

	2022	2021
Salários e Ordenados a pagar	11	14
Pró-labore a pagar	40	33
INSS a Recolher	22	21
FGTS a Recolher	1	2
IRRF sobre folha a recolher	15	12
Provisões Trabalhista	27	16
Total	<u>115</u>	<u>98</u>

11. Obrigações tributárias

O saldo de Obrigações tributárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a tributos próprios e de terceiros a pagar.

	2022	2021
Retidos na Fonte	5	4
IRPJ e CSLL	106	162
PIS e COFINS	11	18
ISS	6	10
Total	<u>129</u>	<u>194</u>

12. Debêntures

Em 12 de julho de 2021 foram emitidas 1.600 debêntures, sendo 800 debêntures da primeira série e 800 debêntures da segunda série, são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da emissora o valor unitário das debêntures é de R\$ 1, e não será atualizada monetariamente, o plano de distribuição de das debêntures seguirá o procedimento descrito na instrução CVM 476. conforme previsto no contrato de distribuição. De acordo com a clausula 4.5 do contrato de Debêntures ressalvada a hipótese de vencimento antecipado, de resgate antecipado parcial facultativo, as Debêntures terão prazo de 7.365 dias a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de setembro de 2041, data em que a emissora deverá amortizar a integralidade do valor nominal unitário.

De acordo com a clausula 4.11 do contrato de Debêntures a emissora deverá realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, caso ocorra, a qualquer tempo a partir da Data de emissão, um evento de liquidez, nas quantidades indicadas, desde que aprovado em sede de assembleia geral de debenturistas.

Cada Debênture da primeira série e Debênture da segunda Série dará ao seu titular o direito ao recebimento, anualmente de uma parcela do lucro, auferido pela emissora, calculada ou por participação nos lucros ou remuneração.

Data de pagamento da participação nos lucros das Debêntures da Primeira e Segunda Série.

Base para apuração da participação nos Lucros		Data de pagamento da participação nos lucros
Início	Fim	
01 de julho de 2021	30 de junho de 2022	31 de agosto de 2022
01 de julho de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de maio de 2023
01 de janeiro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de maio de 2024
01 de janeiro de 2024	31 de dezembro de 2024	31 de maio de 2025
01 de janeiro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de maio de 2026
01 de janeiro de 2026	31 de dezembro de 2026	31 de maio de 2027
01 de janeiro de 2027	31 de dezembro de 2027	31 de maio de 2028
01 de janeiro de 2028	31 de dezembro de 2028	31 de maio de 2029
01 de janeiro de 2029	31 de dezembro de 2029	31 de maio de 2030
01 de janeiro de 2030	31 de dezembro de 2030	31 de maio de 2031
01 de janeiro de 2031	31 de dezembro de 2031	31 de maio de 2032
01 de janeiro de 2032	31 de dezembro de 2032	31 de maio de 2033
01 de janeiro de 2033	31 de dezembro de 2033	31 de maio de 2034
01 de janeiro de 2034	31 de dezembro de 2034	31 de maio de 2035
01 de janeiro de 2035	31 de dezembro de 2035	31 de maio de 2036
01 de janeiro de 2036	31 de dezembro de 2036	31 de maio de 2037
01 de janeiro de 2037	31 de dezembro de 2037	31 de maio de 2038
01 de janeiro de 2038	31 de dezembro de 2038	31 de maio de 2039
01 de janeiro de 2039	31 de dezembro de 2039	31 de maio de 2040
01 de janeiro de 2040	31 de dezembro de 2040	31 de maio de 2041
01 de janeiro de 2041	31 de dezembro de 2041	31 de agosto de 2041

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Não Circulante	Total
1ª Série	800	800
2ª Série	800	800
Total	<u>1.600</u>	<u>1.600</u>

(*) Não houve remuneração no primeiro ano das Debentures (2021), pois a Helius tem waiver de R\$ 10.000 no primeiro semestre de emissão (pagando o percentual das debentures excedente a esse valor), para o segundo semestre de 2022, também não foi provisionado a remuneração dos debenturistas, uma vez que o resultado apurado neste período não superou o ajuste de distribuição de R\$ 2.000, conforme estabelecido no instrumento de emissão.

Os valores que compõe despesas antecipadas trata-se de pagamentos de custos na emissão de debentures e comissões.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Gastos na emissão de debentures (*)	1.100	-	1.100	1.086	-	1.086

(*) Os gastos na emissão com debêntures são referentes a 800 mil de comissão, e o restante são despesas de advogados e taxas. As despesas de advogados estão sendo apropriadas em 72 meses conforme laudos

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.000, totalmente subscrito e integralizado, e estavam assim distribuídas entre os acionistas:

Sócio	Participação %	Quotas
HC PARTNERS	99,95%	999.500
WILLIAM PINTO PEREIRA LEITE	0,05%	500
Total	<u>100%</u>	<u>1.000.000</u>

Reserva de lucros

O lucro líquido obtido pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.313 (R\$ 4.763 em 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 2.228 (R\$ 3.605 em 2021), constitui a reserva legal no montante de R\$ 66 (R\$ 75 em 2021) e ficou com saldo de retenção de lucros no montante de R\$ 420 (R\$ 1.400 em 2021).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Distribuição de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi distribuído dividendos no montante de R\$ 2.228 (R\$ 3.605 em 2021).

14. Receita líquida

A receita líquida da Companhia refere-se a serviços de gestão e performance de fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante reconhecido como receita da Companhia estava assim composto:

	2022	2021
Taxa de Gestão	4.384	2.324
Taxa de Performance	2	5.399
Total receita bruta	4.386	7.723
(-) ISS 2%	(88)	(154)
(-) COFINS 3%	(132)	(232)
(-) PIS 0,65%	(29)	(50)
Total impostos sobre faturamento	(248)	(436)
Receita operacional líquida	4.138	7.287

15. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários e ordenados	1.580	500
Serviços recebidos - PJ	204	263
Outras despesas gerais e administrativas	241	540
Locação	244	235
Impostos e taxas	37	31
	2.306	1.569
	2022	2021
Depreciações	200	180
	200	180
Total	2.506	1.749

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	209	80
Total	209	80
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	(4)	(4)
Total	(4)	(4)
Resultado financeiro	205	76

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da seguinte forma:

	2022	2021
Receitas		
Receita Operacional	4.386	7.723
Receita Financeira	209	80
Base para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social (Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	1.613	2.551
Imposto de Renda (15%)	242	383
Adicional de Imposto de Renda (10%)	139	233
Despesa com Imposto de Renda	381	616
Contribuição Social (9%)	145	230
Despesa com Contribuição Social	145	230
Ajustes Lucro Presumido	(2)	5
Imposto de renda e contribuição social	<u>524</u>	<u>851</u>

18. Contingências

Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021.

19. Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não operou com derivativos.

20. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a companhia não teve transações de partes relacionadas.

21. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Resolução 23/21 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administração, no período, não contratou nem teve serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados a empresa que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, que seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses destes.

22. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.